

Algemas e dignidade humana.
José Carlos Teixeira Giorgis(*)

A sucessão de escândalos que sacode o país desfila comissão de frente que busca a conquista do estandarte em insulto à pessoa, largamente adornada pela mídia, que não se cansa de expô-la sob fulgurante brilho.

A detenção provisória de um bandido, político corrupto, mau funcionário ou simples suspeito do furto em supermercado tem elemento que os nivela em gravidade e repúdio, pois é impositivo que seus punhos estejam algemados, já que não é possível trazê-los com pijama de listas ou corte zero.

Não interessa que seja prisão preventiva ou simples cautela de averiguação, nem que se cuide de um marginal de larga folha de serviços ao crime ou de pacato cidadão surpreendido por delação precária, tampouco que se trate de um idoso fisicamente inofensivo, a regra é vestir ferros para bem se apresenta aos holofotes da publicidade.

No passado, a veneranda pulseira inventada pelos árabes rivalizava apenas com os grilhões que humilhavam os tornozelos dos presos, mas agora requebra na praça da apoteose, embora as censuras de Beccaria ou das vetustas ordenações lusitanas que as limitavam.

Em sintonia com tais precedentes e embora editada em período autoritário, a lei processual brasileira evangeliza que não será permitido o emprego de força salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso, e com os meios necessários para sujeitar quem resista ou atalhar evasão, assim estremando as fronteiras de cabimento de qualquer medida coercitiva à liberdade.

Narra a doutrina que o agente somente aplicará a força, e de preferência a muscular, em caso de desobediência ou resistência à ordem de prisão e para submeter o teimoso a acatar o mandado, aberrando das tradições de brandura e de respeito pela lei e pela integridade da pessoa humana a condução com ferros, algemas ou cordas.

A permanência do acusado com algemas durante interrogatórios ou longas sessões do tribunal do júri colhe recriminação pelos tribunais, por violência moral e psicológica que afeta a convicção dos jurados, salvo caso de evidente perigo e absoluta necessidade, lembrando-se que dispositivo da lei de execução penal, que disciplina o emprego das pulseiras, aguarda há mais de vinte anos sua regulamentação federal.

O texto constitucional estigmatiza a tortura e o tratamento desumano ou degradante e assegura ao preso o respeito a sua intangibilidade física, e mais que tudo, coloco como paradigma e valor de todo ordenamento a veneração ao princípio da dignidade da pessoa humana.

O triste espetáculo de degradação a que (ab)uso de algemas doma pessoas primárias, pacíficas e sem obstinação, merece anátema e crítica, quando desborde dos inflexíveis parâmetros de reverência aos direitos fundamentais da pessoa humana.

(*) Desembargador aposentado.